



EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Protocolo:

104643/2020

e-Doc: 2A0943EB

10/08/2020 16:47:36

www.tc.df.gov.br/consultas



PROCESSO Nº 00600-00004091/2020-36-e.

SMART7 DIGITAL LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede no SRTVS, Conjunto L, Lote 38, Quadra 701, Bloco: 02, nº 30, Bairro: Asa Sul, Brasília – DF, Cep: 70340-906, endereço eletrônico: contato@smart7.com.br, contato: (61) 98262-000, inscrita no CNPJ /Mi- sob o nº 19.416.207/0001-70, neste ato representada pelo seu Representante Legal, **Cássio Bergamasco Ferreira de Araújo**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 6706662 PC/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº 392.524.018-73, residente e domiciliado na Rua 21, Lote 11, Residencial Manhattan, Apto: 401, Bairro: Águas Claras Sul, Brasília, DF, Cep: 71925-540, endereço eletrônico: cassio@smart7.com.br, contato: (61) 98262-000, vem, por intermédio dos seus advogados abaixo consignados (devidamente constituídos, por meio dos instrumentos de procuração e de substabelecimento anexos, Doc. 01), com endereço profissional situado no SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01, Lago Sul, Brasília – DF, CEP: 71615-300, e-mail: contato@antoniorodrigo.adv.br, onde poderão receber intimações, com fundamento no art. 5º, inc. LV, da Constituição Federal¹ e no art. 123, § 3º, do RITCDF², requerer a dilação do prazo para prestação de esclarecimentos, pelos fundamentos que se seguem.

1. O presente processo foi instaurado em razão de Representação formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (MPJTDF), que sustenta a existência de supostas irregularidades na celebração de contratos, pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF), visando soluções de informática, publicidade de utilidade pública e telemedicina.
2. A Requerente recebeu a notificação para manifestação, por meio de e-mail encaminhado no dia 31/08/2020 (sexta-feira). No entanto, o referido e-mail apenas veio a ser visualizado em 03/08/2020 (segunda-feira).
3. No ofício encaminhado continha o teor da Decisão nº 3026/2020, a qual, no item III, abriu prazo para manifestação da Requete por cinco dias.

¹ LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

² Art. 123. O relator presidirá a instrução do processo e, nessa condição, poderá determinar, mediante despacho singular, de ofício ou por provocação da unidade técnica competente ou do Ministério Público, as providências necessárias ao saneamento dos autos.

§ 3º O relator fixará prazo de até sessenta dias para o cumprimento das diligências que determinar, podendo o período ser superior em caso devidamente justificado.

4. Desse modo, pela interpretação dos dispositivos abaixo consignados do RITCDF, considerando que a notificação veio ter tido ciência da parte apenas no dia 03/08/2020 (segunda-feira), o início da contagem do prazo se deu no dia 04/08/2020 (terça-feira), de modo que o prazo de cinco dias corridos teria por fim o dia 08/08/2020 (sábado), o qual fica prorrogado para 10/08/2020 (segunda-feira), por não ser dia útil.

Art. 165. A citação, a comunicação de audiência ou a notificação, bem como a comunicação de diligência e de rejeição de alegações de defesa, far-se-ão:

I - mediante ciência da parte, efetivada por servidor designado, por meio eletrônico, fac-símile, telegrama ou qualquer outra forma, desde que fique confirmada inequivocamente a entrega da comunicação ao destinatário;

[...]

Art. 168. Os prazos referidos neste Regimento contam-se dia a dia, a partir da data:

I - do recebimento pela parte:

[...]

d) da notificação;

Art. 169. Na contagem dos prazos, salvo disposição legal em contrário, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

§ 1º Atendido o disposto no caput deste artigo, o prazo começa a correr a partir do primeiro dia em que houver expediente no Tribunal.

5. Ocorre que, não foi possível à conclusão da manifestação da Requete dentro do prazo estabelecido por Vossa Excelência, uma vez que esta se encontra providenciado documentos para subsidiar os seus esclarecimentos. Considerando que o art. 123, § 3º, do RITCDF, determina que o relator poderá fixar prazo até 60 dias para o cumprimento de diligências, o prazo estabelecido de cinco dias é inferior a 10% do prazo máximo, sendo razoável a concessão da sua dilação por igual período.

6. Desse modo, a dilação do prazo para oferecimento de esclarecimentos pela Requete por mais cinco dias, encontra fundamentação no Devido Processo Legal Formal, no seu consectário da ampla defesa, previsto no art. 5º, incs. LIV e LV, da Constituição Federal, e no art. 22, *caput* e inc. IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, em razão da ausência de prejuízo para a apuração, como forma de garantia do exercício da ampla defesa pela Interessada.

Art. 22. Os atos da administração pública de qualquer dos Poderes do Distrito Federal, além de obedecer aos princípios constitucionais aplicados à administração pública, devem observar também o seguinte:

[...]

IV - no processo administrativo, qualquer que seja o objeto ou procedimento, observar-se-ão, entre outros requisitos de validade, o contraditório, a ampla defesa e o despacho ou decisão motivados;

7. Face ao exposto, requer:

- a) nos termos do art. 172, *caput* e inc. I, do RITCDF³, a dilação do prazo por mais cinco dias, em homenagem à ampla defesa, para que a Requete apresente aos seus esclarecimentos e a documentação pertinente.

³ Art. 172. Compete ao relator decidir, mediante despacho singular, sobre:

I - pedidos de prorrogação dos prazos previstos neste Regimento ou dos fixados para atendimento de diligências determinadas;



- b) a juntada dos instrumentos de procuração e de substabelecimento anexos;
- c) que todas as publicações, intimações e citações sejam feitas exclusivamente em nome do advogado ANTONIO RODRIGO MACHADO, OAB/DF nº 34.921, sob pena de nulidade dos referidos atos.

Termos em que,
Pede Deferimento.
Brasília – DF, 10 de agosto de 2020.



ANTONIO RODRIGO MACHADO
OAB/DF 34.921

DANIEL DOS SANTOS BARROS
OAB/DF 30.240



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: SMART7 DIGITAL LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede no SRTVS, Conjunto L, Lote 38, Quadra 701, Bloco: 02, nº 30, Bairro: Asa Sul, Brasília – DF, Cep: 70340-906, inscrita no CNPJ /MF sob o nº 19.416.207/0001-70, neste ato representada pelo seu Representante Legal, Cássio Bergamasco Ferreira de Araújo, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 6706662 PC/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº 392.524.018-73, residente e domiciliado na Rua 21, Lote 11, Residencial Manhattan, Apto: 401, Bairro: Águas Claras Sul, Brasília, DF, Cep: 71925-540.

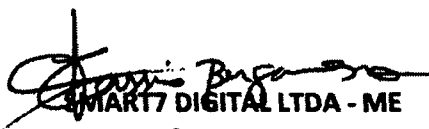
OUTORGADOS: ANTONIO RODRIGO MACHADO, brasileiro, casado, advogado, regularmente inscrito na OAB/DF sob o nº 34.921; **ANA CAROLINA PIRES DE SOUZA SENNA**, brasileira, casada, advogada, regularmente inscrita na OAB/DF sob o nº 42.876; **EVELIN LISBOA DE CARVALHO**, brasileira, casada, advogada, regularmente inscrita na OAB/DF sob o nº 36.535; **BIANCA ARAÚJO DE MORAIS**, advogada, brasileira, solteira, regularmente inscrita na OAB/DF sob o nº 46.384, todos com endereço profissional estabelecido na SEDE em SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01 – Lago Sul, Brasília/DF, e-mail: contato@antoniorodrigo.adv.br.

PODERES: todos os poderes da cláusula *ad juditia et extra*, para o foro em geral, podendo propor as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-o; agindo em conjunto ou separadamente, como também poderes por mais especiais que sejam, inclusive: confessar, desistir, transigir, firmar compromissos e acordos, receber e dar quitação de valores financeiros, incluindo levantamento de alvará, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de poderes, e, ainda, solicitar a retenção dos honorários contratuais, que tudo será dado por bom, firme e valioso.

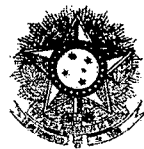
Todas as notificações, intimações, citações e publicações, devem ser feitas e emitidas **EXCLUSIVAMENTE** em nome do advogado **ANTONIO RODRIGO MACHADO – OAB/DF 34.921, sob pena de nulidade.**

FINALIDADE: Representação no Processo nº 00600-00004091/2020-36-e em tramitação no Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Brasília-DF, 04 de agosto de 2020.


SMART7 DIGITAL LTDA - ME
Outorgante

DETRAN-GO (GOIAS)



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Validade: 20/09/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certidão emitida gratuitamente.

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE DENOMINADA:

INFINITO DIGITAL LTDA - ME

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CNPJ: 19.416.207/0001-70

NIRE 53201918947

Por este instrumento particular os sócios abaixo assinados:

- **Roni Faria Cavalcante**, brasileiro, divorciado, nascido em 30/03/1977, natural de Goiânia - Goiás, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01529216133 - DETRAN/GO expedida em 11/05/2011 e inscrito no CPF sob o nº 812.069.761-87, residente e domiciliado na CRS 506, Bloco B, Entrada 39, Apartamento 306, Asa Sul, Brasília - DF, CEP: 70.350-525.
- **Marcelo de Oliveira Safadi**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 03/04/1984, natural de Brasília - Distrito Federal, empresário, portador da carteira de Identidade Profissional nº A79607-7 - CAU/BR expedida em 26/04/2013 e inscrito no CPF sob o nº 410.140.061-04, residente e domiciliado na Rua Ipê, s/n, Qd 1 Lt. 1 a 3, Condomínio Alto da Lapa - Pirenópolis - Goiás - CEP: 72.980-000.
- **Jairo Mendonça Júnior**, brasileiro, solteiro, nascido em 14/01/1983, natural de Anápolis - GO, Administrador de Empresas, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01772758800 - DETRAN/GO expedida em 06/04/2011 e inscrito no CPF sob o nº 924.417.341-72, residente e domiciliado na Avenida T-7, nº 166, Qd. R30 Lt. 7/8 - Apto 308 - Cond. Edifício Di Cavalcanti, Setor Oeste - Goiânia - Goiás - CEP: 74.140-110

Únicos sócios da sociedade empresária limitada que gira nesta Comarca sob a denominação social de **INFINITO DIGITAL LTDA - ME**, situada na SRTVS, s/n, Qd. 701 Bl. 02, Sala 623 - Centro Empresarial Assis Chateaubriand, Asa Sul, Brasília - DF - CEP: 70.340-906, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Distrito Federal sob nº 53201918947, em sessão de 13 de dezembro de 2013, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 19.416.207/0001-70, por este instrumento particular e na melhor forma de direito, resolvem alterar o contrato social como segue:

Tem entre si, justos e acordados as seguintes alterações do Contrato Social:

1. Com anuência e aprovação de todos os sócios, o sócio **Jairo Mendonça Júnior**, já qualificado neste instrumento, cede e transfere neste ato, o total de suas contas, ou seja, 20.000 (vinte mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, perfazendo um total de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para o sócio **Roni Faria Cavalcante**, que para a totalizar 60.000 (sessenta mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, perfazendo um total de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);

Pág. 1

II. Com anuência e aprovação de todos os sócios, o sócio Marcelo de Oliveira Safadi, já qualificado neste instrumento, cede e transfere neste ato o total de suas contas, ou seja, 40.000 (quarenta mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, perfazendo um total de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para o sócio admitido a seguir:

- Cassio Bergamasco Ferreira de Araújo, brasileiro, solteiro, nascido em 17/03/1991, natural de Assis-SP, filho de Marisa Bergamasco Ferreira de Araujo e José Carlos Batista de Araujo, Empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 04983124770 – DETRAN/GO expedida em 30/03/2012 e inscrito no CPF sob o nº 392.524.018-73, residente e domiciliado na Rua Tamboril, 367, Qd. 128, Lt. 41, casa 01, bairro Santa Genoveva, Goiânia – Goiás, CEP.: 74.672-540, que adquire 40.000 (quarenta mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, perfazendo um valor total de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

III. Com a exclusão dos Sócios Jairo Mendonça Junior e Marcelo de Oliveira Safadi e inclusão do novo sócio Cassio Bergamasco Ferreira de Araújo, a Cláusula de Capital Social passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA 1ª - Do capital social

O Capital Social é de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente do País, dividido em 100.000 (Cem mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, assim distribuídas entre os sócios:

Nome	Quantidade de quotas	Valor nominal R\$
Roni Faria Cavalcante	60.000	60.000,00
Cássio Bergamasco Ferreira de Araújo	40.000	40.000,00
Total:	100.000	100.000,00

IV. Para adaptação do contrato social, os sócios decidem dar uma nova redação à cláusula abaixo:

CLÁUSULA 2ª - Do desimpedimento legal

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA 3ª - Da administração da sociedade

A sociedade será representada e administrada por todos os sócios, já qualificados neste instrumento, em conjunto ou isoladamente, as quais exercerão a administração da sociedade, praticando todos os atos necessários à administração do interesse social da sociedade.

PARÁGRAFO 1º - É vedado aos sócios, em conjunto ou separadamente, a prestação de garantia, fiança ou aval em negócios estranhos ao objeto social.

CLÁUSULA 4ª - Da denominação social e sede

A sociedade que atendia pela Razão Social **INFINITO DIGITAL LTDA - ME**, e nome fantasia **"INFINITO DIGITAL"**, passará a denominação social de **SMART7 DIGITAL LTDA - ME**, permanecendo no mesmo endereço, situada na SRTVS, s/n, Qd. 701 Bl. 02, Sala 623 - Centro Empresarial Assis Chateaubriand, Asa Sul, Brasília - DF - CEP: 70.340-906, podendo utilizar-se da expressão fantasia **"SMART7 DIGITAL"**.

- V. Os sócios decidiram proceder à consolidação do contrato social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO DA

SMART7 DIGITAL LTDA. - ME

- **Roni Faria Cavalcante**, brasileiro, divorciado, nascido em 30/03/1977, natural de Goiânia - Goiás, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01529216133 - DETRAN/GO expedida em 11/05/2011 e inscrito no CPF sob o nº 812.069.761-87, residente e domiciliado na CRS 506, Bloco B, Entrada 39, Apartamento 306, Asa Sul, Brasília - DF, CEP: 70.350-525.
- **Cassio Bergamasco Ferreira de Araújo**, brasileiro, solteiro, nascido em 17/03/1991, natural de Assis-SP, filho de Marisa Bergamasco Ferreira de Araujo e José Carlos Batista de Araujo, Empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 04983124770 - DETRAN/GO expedida em 30/03/2012 e inscrito no CPF sob o nº 392.524.018-73, residente e domiciliado na Rua Tamboril, 367, Qd. 128, Lt. 41, casa 01, bairro Santa Genoveva, Goiânia - Goiás, CEP: 74.672-540.

CLÁUSULA 1ª - Da denominação social e sede

A sociedade girará sob a denominação social de **SMART7 DIGITAL LTDA - ME**, permanecendo no mesmo endereço, situada na SRTVS, s/n, Qd. 701 Bl. 02, Sala 623 - Centro Empresarial Assis Chateaubriand, Asa Sul, Brasília - DF - CEP: 70.340-906, podendo utilizar-se da expressão fantasia **"SMART7 DIGITAL"**.

CLÁUSULA 2ª - Do objeto social

O objeto social da sociedade será a prestação de serviços de Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de Informação na Internet; Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; Impressão e produção de material para uso publicitário; Produção de filmes para publicidade; Atividades de rádio; Marketing direto; Reprodução de vídeo em qualquer suporte; Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas Internet; Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos e Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação.

CLÁUSULA 3ª - Do capital social

O Capital Social é de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente do País, dividido em 100.000 (Cem mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, assim distribuídas entre os sócios:

Nome	Quantidade de quotas	Valor nominal R\$
Roni Faria Cavalcante	60.000	60.000,00
Cássio Bergamasco Ferreira de Araújo	40.000	40.000,00
Total:	100.000	100.000,00

CLÁUSULA 4ª - Da transferência de quotas

As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresso consentimento dos demais sócios. A concordância destes será dada preferencialmente no próprio instrumento de alteração do contrato social.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os sócios, na proporção de suas quotas, terão preferência, em igualdade de condições, para adquirir as quotas do sócio cedente. Fará o cedente, à sociedade, a necessária comunicação por escrito, indicando preço para cessão. Os sócios terão prazo de noventa dias para adquirir as quotas oferecidas. Findo este prazo fica o sócio cedente liberado para oferecer suas quotas a terceiros.

CLÁUSULA 5ª - Da responsabilidade dos sócios

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA 6ª - Da administração da sociedade

A sociedade será representada e administrada por todos os sócios, já qualificados neste instrumento, em conjunto ou isoladamente, as quais exercerão a administração da sociedade, praticando todos os atos necessários à administração do interesse social da sociedade.

PARÁGRAFO 1º - É vedado aos sócios, em conjunto ou separadamente, a prestação de garantia, fiança ou aval em negócios estranhos ao objeto social.

CLÁUSULA 10ª - Dissolução da sociedade

Em caso de liquidação ou dissolução da sociedade, o liquidante será nomeado pelos sócios. Nesta hipótese, os haveres da sociedade serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, rateado entre os sócios na proporção do número de quotas que cada um possuir.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ocorrerá à dissolução da sociedade quando a maioria do capital social assim o desejar. Um dos sócios escolhido pela maioria será nomeado liquidante.

CLÁUSULA 11ª - Do falecimento dos sócios

A sociedade não se dissolverá pelo falecimento de um dos sócios, mas continuará com o sócio remanescente, ocasião em que, ocorrerá a liquidação das quotas do sócio falecido, conforme dispõe o artigo 1.028, "caput", do Código Civil, no qual deverão ser observadas as seguintes regras:

PARÁGRAFO 1º - Proceder-se-á a apuração dos haveres do "de cujus", de comum acordo com seus herdeiros ou sucessores. Caso esse acordo para verificação do valor das quotas não seja possível amigavelmente, escolher-se-á uma empresa de auditoria com conhecimentos específicos para verificação do valor dos haveres.

PARÁGRAFO 2º - O valor dos haveres será pago aos herdeiros em até 24 (vinte e quatro) parcelas, mensais e iguais, corrigidas monetariamente. O não pagamento nas épocas devidas das prestações, dará aos herdeiros ou sucessores o direito de considerá-las desde logo vencidas e exigir a totalidade da dívida.

PARÁGRAFO 3º - Fica sempre ressalvado à sociedade o direito de adquirir as quotas do sócio falecido, desde que o faça com fundos disponíveis e sem ofensa do capital social.

PARÁGRAFO 4º - Fica vedado aos herdeiros ou sucessores, a opção pelo ingresso na sociedade.

CLÁUSULA 12ª - Do desimpedimento legal

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA 13ª - Das disposições finais





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Validade: 20/09/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certidão emitida gratuitamente.

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME

CASSIO BERGAMASCO FERREIRA DE ARAUJO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
391821891 SSP SPCPF DATA NASCIMENTO
392.524.018-73 17/03/1991

FILIAÇÃO

JOSE CARLOS BATISTA DE
ARAUJO
MARISA BERGAMASCO
FERREIRA DE ARAUJO

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB

B

Nº REGISTRO

04983124770

VALIDADE

07/04/2020

1ª HABILITAÇÃO

12/07/2010

OBSERVAÇÕES

Cassio Bergamasco de Araujo

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL

GOIANIA, GO

DATA EMISSÃO

07/07/2015

ASSINATURA DO EMISSOR

09593594966

GO109895231

DETRAN GO (GOIAS)

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL

1134322357

PROIBIDO PLASTIFICAR

1134322357

INFINITO DIGITAL LTDA - ME

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CNPJ: 18.418.207/0001-70

NIRE 53201918947

Por este instrumento particular os sócios abaixo assinados:

- **Roni Faria Cavalcante**, brasileiro, divorciado, nascido em 30/03/1977, natural de Goiânia - Goiás, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01529216133 - DETRAN/GO expedida em 11/05/2011 e inscrito no CPF sob o nº 812.069.761-87, residente e domiciliado na CRS 506, Bloco B, Entrada 39, Apartamento 306, Asa Sul, Brasília - DF, CEP: 70.350-525.
- **Marcelo de Oliveira Safadi**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 03/04/1984, natural de Brasília - Distrito Federal, empresário, portador da carteira de Identidade Profissional nº A79607-7 - CAU/BR expedida em 26/04/2013 e inscrito no CPF sob o nº 410.140.061-04, residente e domiciliado na Rua Ipê, s/n, Qd 1 Lt. 1 a 3, Condomínio Alto da Lapa - Pirenópolis - Goiás - CEP: 72.980-000.
- **Jairo Mendonça Júnior**, brasileiro, solteiro, nascido em 14/01/1983, natural de Anápolis - GO, Administrador de Empresas, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01772758800 - DETRAN/GO expedida em 06/04/2011 e inscrito no CPF sob o nº 924.417.341-72, residente e domiciliado na Avenida T-7, nº 166, Qd. R30 Lt. 7/8 - Apto 308 - Cond. Edifício DI Cavalcanti, Setor Oeste - Goiânia - Goiás - CEP: 74.140-110

Únicos sócios da sociedade empresária limitada que gira nesta Comarca sob a denominação social de INFINITO DIGITAL LTDA - ME, situada na SRTVS, s/n, Qd. 701 Bl. 02, Sala 623 – Centro Empresarial Assis Chateaubriand, Asa Sul, Brasília – DF – CEP: 70.340-906, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Distrito Federal sob nº 53201918947, em sessão de 13 de dezembro de 2013, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 19.416.207/0001-70, por este instrumento particular e na melhor forma de direito, resolvem alterar o contrato social como segue:

Tem entre si, justos e acordados as seguintes alterações do Contrato Social:

- I. Com anuência e aprovação de todos os sócios, o sócio Jairo Mendonça Júnior, já qualificado neste instrumento, cede e transfere neste ato, o total de suas contas, ou seja, 20.000 (vinte mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, perfazendo um total de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para o sócio Roni Faria Cavalcante, que para à totalizar 60.000 (sessenta mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, perfazendo um total de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);

Pág. 1

II. Com anuência e aprovação de todos os sócios, o sócio Marcelo de Oliveira Safadi, já qualificado neste instrumento, cede e transfere neste ato o total de suas contas, ou seja, 40.000 (quarenta mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, perfazendo um total de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para o sócio admitido a seguir:

- Cassio Bergamasco Ferreira de Araújo, brasileiro, solteiro, nascido em 17/03/1991, natural de Assis-SP, filho de Marisa Bergamasco Ferreira de Araujo e José Carlos Batista de Araujo, Empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 04983124770 – DETRAN/GO expedida em 30/03/2012 e inscrito no CPF sob o nº 392.524.018-73, residente e domiciliado na Rua Tamboril, 367, Qd. 128, Lt. 41, casa 01, bairro Santa Genoveva, Goiânia – Goiás, CEP.: 74.672-540, que adquire 40.000 (quarenta mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, perfazendo um valor total de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

III. Com a exclusão dos Sócios Jairo Mendonça Junior e Marcelo de Oliveira Safadi e inclusão do novo sócio Cassio Bergamasco Ferreira de Araújo, a Cláusula de Capital Social passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA 1ª - Do capital social

O Capital Social é de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente do País, dividido em 100.000 (Cem mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, assim distribuídas entre os sócios:

Nome	Quantidade de quotas	Valor nominal R\$
Roni Faria Cavalcante	60.000	60.000,00
Cássio Bergamasco Ferreira de Araújo	40.000	40.000,00
Total:	100.000	100.000,00

IV. Para adaptação do contrato social, os sócios decidem dar uma nova redação à cláusula abaixo:

CLÁUSULA 2ª - Do desimpedimento legal

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA 3ª - Da administração da sociedade

A sociedade será representada e administrada por todos os sócios, já qualificados neste instrumento, em conjunto ou isoladamente, as quais exercerão a administração da sociedade, praticando todos os atos necessários à administração do interesse social da sociedade.

PARÁGRAFO 1º - É vedado aos sócios, em conjunto ou separadamente, a prestação de garantia, fiança ou aval em negócios estranhos ao objeto social.

CLÁUSULA 4ª - Da denominação social e sede

A sociedade que atendia pela Razão Social **INFINITO DIGITAL LTDA - ME**, e nome fantasia **"INFINITO DIGITAL"**, passará a denominação social de **SMART7 DIGITAL LTDA - ME**, permanecendo no mesmo endereço, situada na SRTVS, s/n, Qd. 701 Bl. 02, Sala 623 - Centro Empresarial Assis Chateaubriand, Asa Sul, Brasília - DF - CEP: 70.340-906, podendo utilizar-se da expressão fantasia **"SMART7 DIGITAL"**.

- V. Os sócios decidiram proceder à consolidação do contrato social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO DA

SMART7 DIGITAL LTDA. - ME

- **Roni Faria Cavalcante**, brasileiro, divorciado, nascido em 30/03/1977, natural de Goiânia - Goiás, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01529216133 - DETRAN/GO expedida em 11/05/2011 e inscrito no CPF sob o nº 812.069.761-87, residente e domiciliado na CRS 506, Bloco B, Entrada 39, Apartamento 306, Asa Sul, Brasília - DF, CEP: 70.350-525.
- **Cassio Bergamasco Ferreira de Araújo**, brasileiro, solteiro, nascido em 17/03/1991, natural de Assis-SP, filho de Marisa Bergamasco Ferreira de Araujo e José Carlos Batista de Araujo, Empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 04983124770 - DETRAN/GO expedida em 30/03/2012 e inscrito no CPF sob o nº 392.524.018-73, residente e domiciliado na Rua Tamboril, 367, Qd. 128, Lt. 41, casa 01, bairro Santa Genoveva, Goiânia - Goiás, CEP: 74.672-540.

CLÁUSULA 1ª - Da denominação social e sede

A sociedade girará sob a denominação social de **SMART7 DIGITAL LTDA - ME**, permanecendo no mesmo endereço, situada na SRTVS, s/n, Qd. 701 Bl. 02, Sala 623 - Centro Empresarial Assis Chateaubriand, Asa Sul, Brasília - DF - CEP: 70.340-906, podendo utilizar-se da expressão fantasia **"SMART7 DIGITAL"**.

CLÁUSULA 2ª- Do objeto social

O objeto social da sociedade será a prestação de serviços de Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de Informação na internet; Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; Impressão e produção de material para uso publicitário; Produção de filmes para publicidade; Atividades de rádio; Marketing direto; Reprodução de vídeo em qualquer suporte; Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas internet; Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos e Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação.

CLÁUSULA 3ª - Do capital social

O Capital Social é de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente do País, dividido em 100.000 (Cem mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, assim distribuídas entre os sócios:

Nome	Quantidade de quotas	Valor nominal R\$
Roni Faria Cavalcante	60.000	60.000,00
Cássio Bergamasco Ferreira de Araújo	40.000	40.000,00
Total:	100.000	100.000,00

CLÁUSULA 4ª - Da transferência de quotas

As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresse consentimento dos demais sócios. A concordância destes será dada preferencialmente no próprio instrumento de alteração do contrato social.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os sócios, na proporção de suas quotas, terão preferência, em igualdade de condições, para adquirir as quotas do sócio cedente. Fará o cedente, à sociedade, a necessária comunicação por escrito, indicando preço para cessão. Os sócios terão prazo de noventa dias para adquirir as quotas oferecidas. Findo este prazo fica o sócio cedente liberado para oferecer suas quotas a terceiros.

CLÁUSULA 5ª - Da responsabilidade dos sócios

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA 6ª - Da administração da sociedade

A sociedade será representada e administrada por todos os sócios, já qualificados neste instrumento, em conjunto ou isoladamente, as quais exercerão a administração da sociedade, praticando todos os atos necessários à administração do interesse social da sociedade.

PARÁGRAFO 1º - É vedado aos sócios, em conjunto ou separadamente, a prestação de garantia, fiança ou aval em negócios estranhos ao objeto social.

